

DISPOSITO

DESCRIÇÃO

Lei 8.666/1993,

Normas gerais referente a licitações e contratos da Administração Pública.

Lei 12.846/2013,

Responsabilidade administrativa e civil das PJs por práticas dos atos contra Administração Pública.

PL 7.149/2017,

Diretrizes nos programas de Compliance de empresas que contratam com Administração Pública.


Lei Anticorrupção 6.112/2018


Implantação do Programa de Integridade em empresas que contratem com Administração Pública.


Decreto 8.420/2015,

Regulamenta Lei 12846/2013 sobre responsabilidade Administração de PJs.

PL 1.806/2017,

 **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Deputado Distrital Chico Leite

 **rede**

 **L.T.A.S.P.**

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2017
(Do Sr. Deputado Distrital Chico Leite)

PL 1806 / 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratam com a Administração Pública do Distrito Federal, em todas esferas de Poder, e dá outras providências.

Handwritten notes:
Câmara Legislativa
1806 / 2017
Chico Leite

Lei 7.753/2017, RJ	RJ Exigibilidade do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com Administração Pública RJ.
Lei 10.793/2017, ES	Código de Conduta e Integridade a fornecedores Administração Pública.
PL 05/2018, ES	Exigibilidade do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com Administração Pública ES.
PL 0127.4/2018, SC	Dispõe sobre a criação do Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública estadual e adota outras providências.
Lei 10.691/2018, MT	Implantação do Programa de Integridade em órgãos da Administração Pública.
Lei 15.228/2018, RS	Responsabilidade administrativa e civil das PJs por práticas dos atos contra Administração Pública.

LEI 19857, 29 DE MAIO DE 2019 PR

Convênio Ministério Público RS e FAMURS.
Incentivo à regulamentação para municípios gaúchos.

CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) União Disponível em portaldatransparencia.gov.br, detalhamento da penalidade.

PL 723/2017, SP

Decreto 20.131/2018, Porto Alegre

Institui o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

PROFIP União Programa de Fomento à Integridade Pública cfe. Portaria 1.827/2017. Disponível na CGU em www.cgu.gov.br.

Critérios anticorrupção nas licitações pública.

Responsabilidade administrativa e civil das PJs por práticas dos atos contra Administração Pública.

Lei 2.936/2016, Novo Hamburgo /RS

Lei nº 2.936/2016. De autoria do vereador Raul Cassel (PMDB), o texto dispõe sobre a aplicação em Novo Hamburgo da Lei Federal nº 12.846/2013 (a qual trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira). A norma vale para a administração direta e indireta dos poderes Executivo e Legislativo.

PL 431/2017 e 15/2018, Joinville

Definição Câmara Vereadores de contratos abrangidos por Compliance à obrigação (e não autorização) para criar programas.

PL 000/2017, SÃO LEOPOLDO/RS

“Anticorrupção” de nº 024/2017, INÍCIO
Exp. 0281 - PV 024/2017 - Dispõe sobre a proibição de pessoas jurídicas condenadas em processos criminais de participarem de licitações ou celebrarem contratos administrativos com o município de São Leopoldo e dá outras providências.

Decreto 55.107/2014, São Paulo

Disponível em www3.prefeitura.sp.gov.br.